

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E LABORATÓRIOS DE APRENDIZAGEM: O QUE SÃO E A QUEM SE DESTINAM

Rui Sartoretto
Mara Lucia Sartoretto

A inclusão das pessoas com deficiências nas escolas comuns da rede regular de ensino e a luta por uma escola de boa qualidade para todos os alunos, inclusive para uma grande parcela deles classificadas como alunos com problemas de aprendizagem, colocam novos e grandes desafios para o sistema educacional. O tema tem originado discussões muito freqüentes, não só entre professores do ensino especial, mas também entre pais e professores das escolas comuns, e na própria sociedade. Dentro e fora das escolas vem se verificando um acalorado processo de discussão acerca das mudanças que devem ser implementadas nas escolas para diminuir a reprovação, a evasão escolar e para oferecer um ensino com qualidade para todos os alunos, incluídos aí os alunos com deficiências, processo que nem mesmo as três leis de diretrizes e bases da educação nacional haviam conseguido desencadear.

Esta nova escola que acolhe e não discrimina, que entende que não existem turmas homogêneas, que reconhece e valoriza a diversidade, que trabalha ancorada nos fundamentos do multiculturalismo recebeu a denominação de escola inclusiva.

A primeira tarefa, e talvez a principal, para construirmos uma escola inclusiva - que, por ser inclusiva, seja capaz de acolher todos os alunos - é analisar a concepção de escola que temos e da escola que queremos.

Se admitirmos que a missão da escola vai muito além da mera transmissão de informações, que só se realiza plenamente na construção da cidadania através do acesso ao conhecimento, torna-se claro então que mudanças muito radicais deverão ser implementadas para que o processo de inclusão, que hoje no Brasil se ancora nas políticas de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, saia do papel e se torne realidade. E a construção da cidadania só será possível se dentro da escola tivermos uma verdadeira representação dos diferentes grupos de que é formada a sociedade: ricos e pobres, pessoas com diferentes credos, de diferentes raças, com saberes diferentes, pessoas sem deficiências - se é que elas existem - e pessoas com deficiências. Na verdade, compreender a diferença não como algo fixo e incapacitante, mas reconhecê-la como inerente à própria condição humana, é um desafio ainda muito complexo e uma conduta ainda distante da prática pedagógica da maioria dos professores.

Atualmente, por conta da legislação e da luta dos movimentos sociais representativos dos mais diferentes segmentos da sociedade, um número cada vez mais expressivo de alunos com deficiências está freqüentando escolas comuns. Isto tem levado a uma profunda reflexão acerca do papel e das finalidades da escola, de tal sorte que, no avanço das discussões, vai se consolidando a percepção de que as diferenças na sala de aula, antes de serem um complicador, podem se tornar um fator de qualificação e de enriquecimento do ensino.

Resultado dessa reflexão, estimulada também pelo progressivo aumento do número de pessoas com deficiências freqüentando as escolas comuns, em 2008, após anos de debates e discussões, foi aprovada a Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

A Política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva se propõe a criar condições e disponibilizar recursos para que os sistemas de ensino estaduais e municipais garantam a todas as crianças o acesso ao ensino regular, a participação, a aprendizagem e a continuidade em todos os níveis de ensino. Os principais instrumentos para a efetivação dessa política são: a) o *atendimento educacional especializado*, que se realiza através das salas de recursos multifuncionais; b) a *formação inicial e continuada dos professores* para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para uma visão de escola inclusiva; c) a *participação da família e da comunidade* na construção e no acompanhamento do projeto político-pedagógico da escola; d) a *utilização dos recursos de acessibilidade* na arquitetura dos prédios, nos meios de transporte e locomoção, no mobiliário, na comunicação, na informação e na aprendizagem.

A política de inclusão de pessoas com deficiência na escola comum, até pelo fato de ser relativamente recente, pode às vezes incorrer em alguns equívocos; um deles é o de se confundir *atendimento educacional especializado* em salas de recursos multifuncionais com *laboratórios de aprendizagem*, imaginando que sejam a mesma coisa. As considerações a seguir têm o propósito de tentar desfazer essa confusão. Para isso, procuraremos descrever, da forma mais concreta e objetiva possível, o que seja *atendimento educacional especializado*, o que são *salas de recursos multifuncionais* e o que seria um *laboratório de aprendizagem*.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A expressão “atendimento educacional especializado”, que já vinha sendo utilizada pela literatura especializada, foi recepcionada pela Carta Constitucional de 1988, a qual, no seu artigo 208, inciso III, proclama como dever do Estado, entre outros, o de garantir o “*atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino*”.

O atendimento educacional especializado é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimento, visando ao acesso e à participação no processo de escolarização em escolas comuns, atender o aluno com deficiências no turno oposto àquele em que ele frequenta a sala comum, produzir e/ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência aos conteúdos curriculares, acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes, e orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelo aluno.

O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular no caso de altas habilidades, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e recursos de tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum.

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físico, cognitivo, emocional, psicomotor e social e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Nesse sentido, o atendimento educacional especializado deve estar presente em todas as etapas e modalidades da educação básica, e se destina a apoiar o desenvolvimento dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. De oferta obrigatória dos sistemas de

ensino, deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou em centro especializado que realize esse serviço educacional.

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

Para atuar na educação especial o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

O atendimento educacional especializado destina-se normalmente aos alunos da escola que apresentam algum tipo de deficiência, mas pode estender-se também aos alunos de escolas próximas, nas quais esse tipo de serviço ainda não esteja organizado. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, em horário diferente daquele em que freqüentam a classe comum.

A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Locus privilegiado do atendimento educacional especializado, a sala de recursos multifuncionais torna palpáveis e concretos, em nível de escola, os objetivos da política nacional de educação especial, seja pelo conjunto de meios e recursos que nela são colocados à disposição do aluno com deficiências, seja, sobretudo, pelo fato de que é na escola comum que a sala de recursos multifuncionais deve funcionar.

As salas de recursos são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado de alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados na escola comum. O atendimento em salas de recursos constitui um serviço educacional de natureza pedagógica, feito por professor especializado, num espaço dotado de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais dos alunos da escola que apresentam dificuldades acentuadas em relação à aprendizagem, vinculadas a algum tipo de deficiência ou não.

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço da escola comum provido de materiais didáticos, pedagógicos e de tecnologia assistiva, onde trabalham profissionais com formação específica para o atendimento dos alunos com dificuldades educacionais especiais em razão de algum tipo de deficiência (auditiva, visual, motora, cognitiva, verbal), de transtornos globais de desenvolvimento ou de altas habilidades/superdotação.

Chama-se sala de recursos multifuncionais precisamente porque nela se concentram materiais didáticos, equipamentos e profissionais aptos a atender, de forma flexível, aos diversos tipos de necessidades educacionais especiais.

LABORATÓRIOS DE APRENDIZAGEM

Os laboratórios de aprendizagem, criados por decisão de alguns sistemas de ensino ou das próprias escolas, na maioria das vezes se destinam a oferecer aos alunos com problemas de aprendizagem, mas sem deficiências específicas - aquelas que são consideradas público-alvo da educação especial - uma oportunidade de equalizar saberes e ter acesso ao conhecimento assim como seus colegas.

Antes de analisarmos as características deste tipo de serviço, suas semelhanças ou diferenças com o atendimento educacional especializado, faz-se necessária uma breve reflexão sobre a natureza do ato de aprender. Aprender é uma ação extremamente natural. Aprendemos desde o nascimento: aprendemos a falar, a andar, a comer, sem que ninguém tenha realizado, em relação a nós, a ação intencional de nos ensinar. Se refletirmos um pouco, descobriremos com muita facilidade que só aprendemos de fato quando queremos e o que nos interessa. E isto acontece por duas razões: por prazer ou por necessidade, em ambas as situações sempre movidos pelo desafio de resolver problemas.

Essas operações mentais que estão na raiz de nossas aprendizagens ocorrem constantemente ao longo de nossas vidas, materializadas naquilo que Piaget chamou de processo de acomodação e assimilação, mecanismos internos que garantem, em vários níveis, as adaptações e, portanto, as aprendizagens que Piaget chama de reequilibrações. Quanto mais diversificado e dinâmico for o meio, mais somos instigados a construir esquemas para resolvermos problemas que o dia-a-dia nos impõe. E é seguramente através de trocas realizadas entre o sujeito e o objeto que o conhecimento acontece.

Quando não aceitamos desafios ficamos passivos, dependentes do saber dos outros. Emburrecemos. Se isto acontece conosco, professores, com muito mais frequência ocorre com os nossos alunos. Quando não lhes oferecemos desafios para que eles possam resolvê-los os tornamos passivos, dependentes emburrecidos e muitas vezes produzimos neles os *problemas de aprendizagem*.

O sentido emancipador da aprendizagem só se realiza quando possibilitamos aos alunos por em prática seus esquemas mentais através de atividades realmente desafiadoras, passíveis de autorregulações contínuas e ativas. Por isto, o ato de explicar conteúdos e pedir para que os alunos os anotem para reproduzi-los depois, nas provas, com certeza rebaixa e amesquinha o ato de aprender e cria muitos dos problemas de aprendizagem que, depois, nos ocupam tempo, esforço e recursos para tentar resolver.

Quem, na sala de aula apenas ouve e anota, não pensa e quem não pensa não aprende. Quem aprende não reproduz: cria, constrói, inventa e acha soluções. Muitas das dificuldades de aprendizagem tem origem nas práticas pedagógicas utilizadas pelos professores. Submetidos à passividade, os alunos tornam-se totalmente desmotivados a utilizarem suas funções mentais superiores e conseqüentemente não aprendem.

Os laboratórios de aprendizagem tem o grande desafio de resgatar este sujeito, tirá-lo da passividade, da posição do não saber e instigá-lo a tornar-se um ser que pensa, capaz de aprender. Mas, por mais que os laboratórios de aprendizagem tentem resgatar este aluno e colocá-lo na sala de aula em condições semelhantes às de seus colegas com relação ao aprendizado (se é que isto é possível), se as práticas pedagógicas e a metodologia utilizada pelo professor não mudarem, dificilmente os problemas de aprendizagem, que, na maioria das vezes, são problemas do ensino, conseguirão ser resolvidos.

Aqui está a principal diferença entre o aluno que frequenta o laboratório de aprendizagem e o aluno que frequenta o atendimento educacional especializado: enquanto o aluno que frequenta o atendimento educacional especializado o faz em razão de alguma deficiência, o aluno do

laboratório de aprendizagem não tem deficiências específicas, mas dificuldades em assimilar alguns conteúdos escolares em decorrência de diversos fatores como infrequência, condições sociais e culturais adversas, ou, não raro, pelo fato de estudar numa classe onde a prática pedagógica parte do pressuposto, equivocado, da homogeneidade, onde o aluno é passivo e ouvinte, decora, copia do quadro e estuda o que cai na prova, porque tem prova e para passar na prova.

Por isso, não é demais enfatizar que no caso dos laboratórios de aprendizagem, mesmo procurando trabalhar com metodologias ativas a partir das reais necessidades dos alunos, considerando o seu ritmo, seus interesses e necessidades, se o ensino na sala de aula, onde este aluno permanece um turno todo, não mudar, provavelmente os problemas de aprendizagem continuarão, com grande probabilidade de, com o passar do tempo, esse aluno vir a ser rotulado como deficiente intelectual e passar a ser candidato ao atendimento educacional especializado.

Laboratório de aprendizagem e atendimento educacional especializado diferenciam-se profundamente: o atendimento educacional especializado é um serviço oferecido *aos alunos com deficiências* e que, como já dito acima, tem seu enfoque na disponibilização de recursos, materiais, equipamentos e estratégias destinados a eliminar ou superar as barreiras decorrentes de uma deficiência específica e que impedem ou dificultam a aprendizagem e o acesso ao conhecimento. Desse modo, o atendimento educacional especializado não trabalha com enfoque nos conteúdos curriculares e nem com atividades semelhantes às da sala comum. Já nos laboratórios de aprendizagem, os conteúdos escolares são trabalhados e através de atividades variadas, que atendam ao estilo e ao ritmo de aprender de cada aluno, possibilitem a eliminação dos problemas que temporariamente estão dificultando a aprendizagem.

Um aspecto que merece destaque, sobre o qual deveríamos refletir, é que os laboratórios de aprendizagem não deveriam atender apenas aos alunos, mas também aos professores. Nesses espaços, os professores deveriam ter tempo, bibliografia, ajuda de especialistas para que, assim como seus alunos, possam eliminar as lacunas na sua formação, que muitas vezes os impedem de aprender e, conseqüentemente, de ensinar adequadamente. Não podemos deixar de reconhecer que muitas das dificuldades de aprendizagem dos nossos alunos são decorrência da maneira como ensinamos e da maneira como avaliamos.

A partir das considerações feitas, podemos constatar que o trabalho de atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais apresenta diferenças muito claras em relação ao trabalho que se desenvolve nos laboratórios de aprendizagem: enquanto nas salas de recursos a clientela é composta de alunos com deficiência aos quais a escola oferece atendimento educacional especializado com o objetivo de eliminar as barreiras impostas pela deficiência ou pelo ambiente para que o aluno com deficiência tenha acesso ao conhecimento, utilizando recursos e estratégias específicas, sob a orientação de um professor especialista, nos laboratórios de aprendizagem os alunos são atendidos com a finalidade de eliminar lacunas ou problemas que os impedem de aprender; nos laboratórios de aprendizagem são trabalhados, de forma diferenciada, conteúdos acadêmicos, por um professor com formação docente para atuar na escola comum.

Fonte: Assistiva • Tecnologia e Educação © 2010

www.assistiva.com.br